

Figueiredo analisa amanhã novas medidas do pacote econômico

Os ministros da área econômica entregarão amanhã ao presidente Figueiredo o elenco de medidas que poderão integrar o "pacote" econômico, que deverá ser aprovado e anunciado até quarta-feira, com o objetivo de atender as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) de controle do déficit público. Segundo confirmou ontem uma fonte do Ministério da Fazenda, o governo deverá tributar em três por cento apenas as operações de "overnight", e não todas as operações no mercado aberto. A decisão será adotada provavelmente amanhã pelo presidente Figueiredo e sua efetivação ocorrerá através de decreto-lei.

A fonte assegurou que, em princípio, está confirmada para quarta-feira a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) destinada a aprovar medidas visando provocar uma redução do custo do dinheiro no mercado interno. O governo já definiu que se não houver redução das taxas de juros com as medidas que serão adotadas no novo "pacote", a última alternativa será o tabelamento dos juros.

O "pacote" deverá incluir também alterações no crédito subsidiado à exportação, evitando, segundo a mesma fonte que "os produtores rurais fiquem reclamando que os exportadores estão com privilégio". No entanto, admitiu que os exportadores deverão ter alguma outra forma de compensação, já que o governo considera isso necessário para que o país atinja o saldo de US\$ 6 bilhões na balança comercial ao final deste ano.

Nesse sentido, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, convencido de que a única alternativa para reduzir o déficit em transações correntes será a de produzir um substancial superávit na balança comercial, em função da escassez de empréstimos externos, intensificou gestões junto aos países da Comunidade Econômica Européia e aos Estados Unidos para que reduzam as ações protecionistas contra os produtos brasileiros. O argumento principal utilizado pelo ministro, em discurso há duas semanas em Nova Iorque, é de que o fechamento das comportas do comércio internacional aos países em desenvolvimento pode inclusive ameaçar "a estabilidade básica do sistema financeiro internacional". Mais incisivo, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, por diversas vezes já afirmou que o Brasil só poderá saldar seus compromissos externos se puder expandir suas exportações e os países desenvolvidos não estão permitindo que isso ocorra.

Atualmente, diversos produtos brasileiros estão enfrentando vários tipos de restrições — antidoping, anti-subsídio, direitos compensatórios etc — nos Estados Unidos, na Europa, no Canadá, na Austrália e Chile. Estas ações contribuem para restringir a participação do produto brasileiro em alguns mercados, possibilitando a ocupação desses espaços por outros competidores.

De acordo com o senador Virgílio Távora, vice-líder do governo para assuntos econômicos, os ministros da área econômica passariam este fim de semana estudando as medidas que deverão ser apresentadas amanhã ao presidente Figueiredo. A definição do que será incluído no novo "pacote" ainda não teria sido feita até ontem e, portanto, tudo o que está sendo noticiado não passaria de "especulação", embora com base nas medidas que estariam sendo cogitadas na área econômico-financeira.